

Ata 315a. reunião do Conselho da Ordem
dos Advogados, Seccão de Pernambuco

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de 1958, às 16 horas, na sala de reuniões, localizada no Palácio da Justiça, 4.º andar, realizou-se mais uma sessão ordinária do Conselho da Ordem dos Advogados, Seccão de Pernambuco, sob a Presidência do Doutor José Cavalcanti Neves, servindo de 1.º e 2.º Secretários os Doutores João Comerciário e Luiz Rafael Mayer, presentes ainda os Conselheiros Adauto José de Melo, Sérgio Yngiro, João Pinheiro Lima, Sigismundo Cabral de Melo, Carlos Moreira, Otton Fialho de Oliveira, Pelágio Silveira, Gustavo Paashaus, Lucio de Souza e Rodolfo Araújo. Aberta a sessão, foram lidas e aprovadas as atas das três últimas sessões, sendo assinadas pelos membros da mesa da presente reunião. O expediente consistiu da leitura de um ofício do Bacharel Antônio Luiz Lima de Barros, solicitando cancelamento da inscrição no quadro de advogados por ter sido nomeado Juiz de Direito da Comarca de Exu, neste Estado, no que foi atendido; de um ofício do Sindicato dos Advogados do Rio de Janeiro, remetendo cópia de um memorial dirigido aos membros do Congresso Nacional pedindo aprovação imediata do projeto n.º 3235/53, que regula o sistema de aposentadoria de advogados, tendo o Conselho tomado ciência do memorial e mandado arquivar; de um ofício do Conselho Federal da Ordem pedindo esclarecimentos sobre as tarefas



e unidades cobradas pela Ordem em Pernambuco e, ainda, solicitando sugestões para o cumprimento da recomendação da 12.ª Conferência Nacional de Advogados a respeito do valor da unidade. O Conselho, adotando pontos de vista da Presidência, entendeu que a unidade, no seu mínimo, deve ser fixada pelo Estatuto da Ordem ou por provimento do Conselho Federal, de um ofício do Dr. José Leôncio Pinheiro Costa, Diretor do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura do Recife, pedindo dados biográficos a respeito "do maior advogado criminal ou militante no civil" em Pernambuco. O Conselho deliberou não fazer a indicação pleiteada, porque a Ordem é organismo de defesa e representação de toda uma classe, como tal não lhe cabe distinguir este ou aquele advogado como maior ou melhor na sua especialidade. Na ordem do dia, entrou em julgamento o pedido de empréstimo formulado pelo advogado Milton Malta Maranhão, tendo o Cons. Carlos Moreira comunicado que o requerente desistiu do pedido, conforme lhe declarara pessoalmente antes da reunião. O Conselho, unanimemente, homologou a desistência e mandou que se arquivasse o processo. Foram aprovados os pareceres da Com. de Sindicância favoráveis às inscrições dos bacharéis Antônio Pedro Gomes da Cunha, Severino Pereira Guimarães, ambos com impedimento contra a Fazenda Federal, bacharel José Ferreira Leina com

impedimento contra a Fazenda Pública em geral
 e em todas as causas em que intervenha o
 Ministério Público; Jaime Noya, Carlos Alves Leite
 e Jonas Ferreira Leite, sem impedimento, todos
 no quadro de Advogados e em caráter pro-
 visório pelo prazo de 1 ano; dos bacharéis Ma-
 nuel, ouço José Manuel Wanderley Duarte, Agri-
 pinio Cipriano de Oliveira, Clóvis Ribeiro do
 Rêgo Melo, Pivaldo Bezerra da Silva e Miguel
 Braga Pereira de Lucena, sem impedimentos,
 e José Souto Major Borges, com impedimento
 contra a Fazenda Municipal do Recife, todos
 no quadro de Advogados em caráter definiti-
 vo; pela transformação em definitiva das
 inscrições provisórias dos bacharéis Jairo Caval-
 canti de Aquino, Gíllton Carlos da Silva Pires,
 sem impedimentos, Darcy Teixeira da Rocha, com
 impedimento contra a Fazenda Estadual e Anto-
 nio José de Melo Souza com impedimento con-
 tra a Fazenda Federal; pela inscrição no
 quadro de Solicitadores dos Acadêmicos Alvaro
 Carneiro de Oliveira Júnior e Antonio Pires Gon-
 çalves de Medeiros, o 1º sem impedimento e o
 último com impedimento contra a Fazenda Fe-
 deral. Continuaram adidos os julgamentos
 dos processos de interesse dos bacharéis Olinto
 de Souza Ferraz e Estanislau Fragoso Batista e
 dos Acadêmicos Israel Felisberto Hoqueira, Olímpio Cor-
 reia dos Santos e Antonio Martins Vêas. O Cons.
 Jordão Emerenciano pronunciou brilhante discurso
 justificando com voto de profundo pesar pelo
 falecimento do soberano Pontífice venerando Pio IX,
 grande apóstolo da paz, fundada na cari-

dade e na justiça, sendo a sua proposta aprovada unanimemente pelo Conselho que determinou, ainda, fôr feita a comunicação devida ao Município Apostólico. O leus. Carlos Moreira requereu um voto de pesar pelo falecimento de D. Beninda Valença, genitora do advogado Geraldo Valença, ex-membro deste Conselho, sendo a proposta aprovada unanimemente. O leus. Adauto José de Melo levou ao conhecimento do Conselho os termos do ofício dirigido ao Secretário da Segurança deste Estado a respeito de um Sr. João Pinheiro Leão, que estaria exercendo a profissão de advogado na comarca de São João Evangelista, no Estado de Minas Gerais, conforme denúncia do Vereador Theodor José Pimenta, daquele município. O Conselho deliberou officiar a Secção de Minas Gerais esclarecendo que o Sr. João Pinheiro Leão, atualmente exercendo a profissão naquelle cidade mineira, não é o mesmo Dr. João Pinheiro Leão, membro deste Conselho, que vem exercendo efetivamente, sem interrupção de continuidade, a advocacia em Pernambuco. Resolheu, ainda, officiar ao Presidente da Câmara dos Vereadores da cidade de São João Evangelista, prestando idênticos esclarecimentos. Nada havendo mais a tratar, foi encerrada a sessão, do que para constar foi lavrada a presente ata, que, depois lida e aprovada, foi assinada pela mesa.

Por Camaleanti Moraes - Presidente
 Por ~~Camaleanti~~ - 2.º Sec.
 Por ~~Camaleanti~~ - Secretário